

O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas

Libânia Nacif Xavier*

Resumo

O artigo aborda o debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. Inicialmente, prevalece o questionamento acerca do papel do Estado na condução dos assuntos educacionais. Durante o Estado Novo, a questão central parece ter sido a seguinte: para que serve a educação? Já durante a década de 1950, o contexto internacional do pós-guerra aliado ao retorno à democracia no Brasil restabelece a questão fundamental da educação nos dias de hoje, sintetizada na seguinte pergunta: A quem deve servir a Educação Pública?

Palavras-chave: História da Educação Brasileira. Educação Pública. Debate Intelectual.

The debate about the nationalization of educational system in Vargas Era

Abstract

The article focuses on the debate about the nationalization of education system in Vargas Era. At first, the debate prioritized the discussion about educational organization and the capacity of federative Government to promote it. So the question was: What's State for? During the Authoritary Government, the central question was: education for what? Finally, at 1950 decade, the end of war and democratic context in Brasil, highlights the fundamental question nowadays: public education for whom?

Keywords: Brazilian Educational History. Public Education. Intellectual Debate.

*. Professora Adjunta da Faculdade de Educação – UFRJ; Pesquisadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – PROEDES / UFRJ.

O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas*

“A união íntima e profunda entre a cultura e a política é uma condição imprescindível do progresso social. Pois se é a cultura que estabelece o contato entre a política e a vida, entre os homens de Estado e as realidades sociais que eles se propõem satisfazer, por outro, é a política, são as instituições e os atos de governo que criam o ambiente indispensável às expansões da cultura e permitem a livre eclosão das forças sociais, criadoras de valores espirituais e morais. Onde não existe essa cooperação, essa harmonia entre o Estado e a Cultura, não pode haver vitalidade no Estado e nem progresso na civilização”.

[1951 – Mensagem Apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas, na abertura da sessão legislativa].

O trecho do discurso do Presidente Getúlio Vargas, reproduzido acima, trata da imbricação entre Cultura e Política. O presidente destaca a mútua influência que uma esfera exerce sobre a outra, chegando a afirmar que, da harmonia entre Estado e Cultura depende a vitalidade do primeiro e a livre manifestação da segunda. Da expansão da Cultura dependeria, ainda, o progresso da civilização.

Analisar o legado da Era Vargas no âmbito da Educação remete-nos diretamente à análise da relação entre Política e Cultura, entre Estado e Educação. Assim, se entendemos, com Gramsci, que a sociedade política organiza a força e a sociedade civil assegura o consentimento, não podemos nos furtar de analisar esse legado no contexto das tensões e negociações que marcaram a passagem desse personagem pela história do Brasil.

Dar a largada na Revolução de 1930 e observar a movimentação dos agentes no Governo Provisório, passar pelo Governo Constitucional (1934-1937), avaliando os avanços e recuos operados no âmbito da educação, atravessar o longo período do Estado Novo (1937-1945), quando o Estado se define, predominantemente, como campo de coerção, e, por fim, retornar ao poder em 1951, acompanhando o Presidente Vargas, desta vez eleito pelo voto direto, é tarefa complexa, porém, desafiadora.

Pretendemos seguir este percurso guiados pelos agentes que atuaram no período. Pela voz de alguns deles, captada nos discursos proferidos pelo próprio Presidente Vargas, nos escritos de intelectuais como Fernando de Azevedo, Alceu Amoroso Lima e Anísio Teixeira, procuraremos situar os termos do debate que se travou em torno da nacionalização do ensino e do papel atribuído à educação nos diferentes projetos de reconstrução nacional que disputaram primazia no período. Dentre estes enfatizamos o projeto de

O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas

renovação educacional, defendido pelos educadores filiados ao movimento escolanovista e o projeto de recristianização da sociedade, defendido por próceres da intelectualidade católica.

Na mediação entre os dois grupos e em consonância com as influências do contexto nacional e internacional, situam-se as palavras e as ações do Presidente Vargas. A disputa pela interferência na organização do sistema de ensino mobilizou argumentos e organizou ações políticas em defesa da aplicação de certos princípios na legislação do ensino, na organização da burocracia educacional e no funcionamento das escolas.

É sob esse prisma que o legado de Vargas será por nós considerado. Não como obra de um personagem histórico, de um indivíduo ímpar, que, sem dúvida ele foi. Pois concordamos com Lessa (O Globo: 22/08/2004) que um legado torna-se inteligível, sobretudo, pelo uso que fazemos dele. Na mesma linha, Wanderley Guilherme dos Santos destacou, em sua fala nesse Seminário, que a questão fundamental do debate em torno do legado de Vargas está no seu futuro. O que se coloca, então é o questionamento sobre o que será feito do que foi feito na Era Vargas.

Centrando os olhos no presente, nos perguntamos qual a memória de Vargas que nos interessa hoje preservar? E, ainda, que versão da história do passado Varguista poderá melhor iluminar a nossa compreensão, assim como orientar as lutas que travamos em nossa história presente?

Para o interesse daqueles que hoje buscam instrumentos para adequar a educação pública aos anseios de construção de uma sociedade democrática, o legado de Vargas deve ser entendido como o legado de uma geração de homens públicos que, para o bem ou para o mal, defenderam seus pontos de vista e procuraram interferir na articulação entre política e cultura, entre Estado e Educação.

Feitas essas considerações, dividiremos nossa apresentação em três momentos. No primeiro momento, situado entre a Revolução de 1930 e o Governo Constitucional, o debate em torno da organização do ensino destacou o questionamento acerca do papel do Estado na condução dos assuntos educacionais. Portanto, a questão fundamental era: **para que serve o Estado?** Já no segundo momento, que se remete, sobretudo ao período do Estado Novo, inverte-se o eixo, priorizando-se a seguinte questão: **para que serve a educação?** Por fim, na década de 1950, o contexto internacional do pós-guerra, aliado ao retorno à democracia no Brasil, restabelece a questão fundamental da educação hoje, sintetizada na seguinte pergunta: **A quem deve servir a Educação Pública?**

A existência de um sistema nacional de ensino, hoje, constitui o legado fundamental de Vargas para a Educação brasileira. Junto a este, o debate a

Libânia Nacif Xavier

respeito do papel do Estado na Educação, assim como da participação de indivíduos e grupos nos rumos da educação pública é tema que não se esgota nesse momento fundador, mas dele retira e re-atualiza, permanentemente, os argumentos e sentidos que justificam não só luta pela universalização do ensino como os esforços em prol do aperfeiçoamento do sistema público de ensino em nosso país. É o que procuraremos abordar a seguir.

A Revolução de 1930 e o Governo Constitucional : para que serve o Estado?

Com a Revolução de 1930, o Estado tornou-se o fulcro da política educacional, o que demandou um permanente processo de negociação com os atores educacionais, estratégia indispensável para que o Governo lograsse constituir uma ampla base de apoio, seja pela aproximação com setores da Igreja Católica, seja pela cooptação dos educadores vinculados ao movimento escolanovista, chamados a participar da burocracia educacional.

Esse processo de negociação definiu a configuração do campo educacional como área de política setorial do Estado Nacional, não apenas pela formação de uma especialização do aparato estatal da União com a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931, mas, sobretudo, pela constituição de sujeitos políticos nacionais voltados especificamente para essa área de atuação. Estamos nos referindo aos pioneiros da educação nova que se legitimaram como gentes políticos nacionais a partir da publicação do Manifesto educacional de 1932.¹

Na direção oposta, sobressaem os argumentos e estratégias da Ação Católica frente ao avanço do poder público sobre as atividades de ensino. Mediando com eles, a palavra do próprio Vargas demonstra como a configuração que o Estado assume depende das mediações estabelecidas entre indivíduos e grupos no espaço público.

Assim, a questão da nacionalização do ensino envolveu o debate em torno do papel do Estado na Educação, dos limites e da conveniência de sua interferência e controle. Veremos, a seguir, a posição de Fernando de Azevedo sobre essa questão, lembrando que ele foi o redator do Manifesto de 1932, o que nos permite tomá-lo como porta-voz das concepções partilhadas pelo grupo.

Era consenso entre os pioneiros a idéia de que o envolvimento do Estado para com a organização do ensino era desejável no limite da coordenação das iniciativas educacionais dos entes federados, devendo, contudo, ser conduzida por homens de reconhecida competência para gerir assunto de natureza tão complexa como os assuntos afetos à educação.

O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas

Esse é o tema de que trata Azevedo. Na citação que se segue ele afirma que:

A subordinação das instituições escolares ao Estado, que tem a obrigação de custeá-las e dirigi-las, não se deve interpretar, porém, como a escravização dos órgãos de ensino e de cultura aos interesses políticos, no sentido estritamente partidário, dos grupos dominantes. A organização moderna do Estado tende a estabelecer-se, ao contrário, sobre a base da divisão do trabalho e da autonomia interior, técnica e administrativa, dos órgãos especializados do poder político, nos seus campos próprios de ação, mas subordinados ao Estado como "órgão de interesse geral".

[Conferência proferida por Fernando de Azevedo, na V Conferência Nacional de Educação da Associação Brasileira de Educação, Niterói /dezembro de 1932]

Para Azevedo, a ação coordenadora do Estado sobre os assuntos educacionais — articulando as diversas iniciativas regionais e submetendo algumas destas a um padrão técnico, moral e político desejável — exerceria uma força capaz de inibir os desmandos do poder local, garantindo a distribuição racional das oportunidades escolares a toda a população.

Ao defender tais argumentos, ele procurou promover a legitimação da educação como campo profissional autônomo, dotado de regras próprias de funcionamento. A idéia era proteger as atividades ligadas ao ensino da intromissão de interesses político-partidários e eleitorais ou de quaisquer outros interesses alheios aos critérios técnicos e científicos de expansão da rede escolar, de contratação e promoção de professores, de organização da escola e de planejamento das atividades de ensino-aprendizagem, dentre outras.

Na visão do educador, o conceito de educação pública refere-se à universalização do acesso à escola — única, igual para todos, independente da posição social, do sexo ou da religião, ao contrário do que tradicionalmente ocorria no Brasil. Ressalte-se, ainda, o fato de que, apesar de defender a organização de um sistema nacional, Azevedo e seus pares procuravam resguardar o imperativo da doutrina federativa e descentralizadora presente no ideal republicano.

Com base nesses princípios, os pioneiros traçaram uma estratégia de atuação no processo constituinte de 1934, centrando esforços na definição das atribuições do Estado relativas à educação, e, portanto na questão da centralização ou descentralização da administração do ensino.²

Em outro extremo, situam-se os argumentos defendidos por Alceu de Amoroso Lima, representante das concepções partilhadas por vários

intelectuais católicos. Herdeiros de longa tradição no âmbito da educação, os católicos tinham outro projeto para o país, como veremos na citação de Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) que se segue.

Identificando o contexto em que viva como uma época de grande complexidade, ele procurou apontar o que considerava ser o caminho ideal, a partir do seguinte questionamento:

Ao observador objetivo desta época complexa que vivemos, uma tríplice pergunta acode aos lábios:

Onde estamos? [Em uma encruzilhada]

Para onde vamos?

Para onde devemos ir?

[...]

Da encruzilhada em que nos encontramos, quatro caminhos nos podem levar a outras tantas faces dessa Idade Nova a que parece encaminhar o mundo moderno:

O caminho liberal;

O caminho socialista;

O caminho nacional totalitário;

O caminho cristão.

[...]

[Entre todos estes]... A Ação Católica é, portanto, a estratégia e a técnica mais moderna da Igreja para garantir a conquista da Idade Nova. [...] É o emprego de métodos delicadíssimos de atuação social, por infiltração direta, em toda a linha, em vez do ataque em massa e em ligação com o Estado e a política.

(Tristão de Athayde, 1935).

Interpretando a questão nacional como um problema de natureza espiritual, a Ação Católica empreendeu um movimento de reação às bases agnósticas e laicistas do regime republicano, já nos anos 1920, com a criação da revista *A Ordem* (1921) e a fundação do Centro Dom Vital (1922). Na década de 1930, a Ação Católica se voltou também para o ensino oficial, empreendendo a luta contra o ensino leigo e intensificando as pressões pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas.³ Em outro plano, articulou-se a demanda por subvenções dos poderes públicos para as escolas confessionais.

No contexto de disputa com outros projetos de reconstrução nacional, os católicos combateram ardorosamente a proposta de instituição de um sistema nacional de ensino, público, gratuito e, sobretudo, leigo, tal como propugnara o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

Para o intelectual católico, o controle do Estado sobre as atividades de ensino corresponderia à implantação do Absolutismo de Estado, característico das sociedades socialistas. Em outro texto (ATHAYDE, 1932), ele sugere que a nacionalização do ensino resultaria na remoção das últimas liberdades de ensino particular ou confessional e na hipertrofia do Estado, transformado no poderoso Leviatã.

Mas a ação católica não ficaria só no plano da argumentação. Em meio a preparação dos trabalhos constituintes, em 1933, o grupo enviou à comissão constituinte as Reivindicações Católicas, documento que apresentava os princípios que a Igreja desejava ver sagrados na Constituição.⁴ Paralelamente, organizou-se, em nível nacional, a Liga Eleitoral Católica (LEC).

A Liga fez dos princípios propostos no referido documento o seu programa de ação, além de recomendar a eleição apenas dos candidatos que apoiassem as suas reivindicações. Tal ação resultaria na incorporação das principais reivindicações católicas à Constituição de 1934, assim como o reconhecimento constitucional do princípio da colaboração recíproca ente Igreja e Estado.⁵

No que tange ao papel do Estado na garantia do direito à Educação, o texto constitucional de 1934 revela a conciliação de políticas opostas explicitando uma idéia ambígua em relação aos mecanismos garantidores do mesmo, na medida em que determinava que o direito à educação devia ser assegurado tanto pela família quanto pelos poderes públicos. Dessa forma, a definição da função educativa ficava dividida entre o Estado e a Família, enfraquecendo o dever do poder público em garantir educação gratuita para todos.

Mediando a disputa entre pioneiros e católicos, Vargas procurou conciliar os interesses de forma a manter o apoio dos dois grupos. Contudo, a tônica do período do Estado Novo será a preponderância da influência católica sobre o ensino ao lado do centralismo do Estado. Nesse contexto, a questão desloca-se do questionamento acerca da função do Estado sobre a organização do ensino e centra-se, cada vez mais, sobre a contribuição da educação escolar para a legitimação do poder do Estado.

Do Estado Centralizador ao retorno pelo voto : para que serve a Educação?

Nos discursos proferidos pelo Presidente Getúlio Vargas em diferentes momentos de sua atuação como representante do Estado Brasileiro, a entonação relativa à intensidade com que o Governo dosava sua ação e intervenção no funcionamento do sistema de ensino variou de acordo com o contexto político, como podemos ver na sucessão de citações que apresentaremos a seguir. A primeira delas data de 1933 e diz o seguinte:

É óbvio que, para instruir, é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido, aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho de seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convém. [Discurso proferido em 18 de agosto de 1933]

Ainda no Governo Provisório, o discurso de Vargas reproduz o padrão de argumentação predominante na chamada República Oligárquica, expressando a preponderância dos estados na constituição das estruturas do poder público estatal. Se optarmos por interpretar esse discurso pelo viés da organização do ensino, pode-se dizer que, nele, o Presidente demonstra certa sensibilidade para com a diversidade regional e cultural do país, expressando a fidelidade ao pacto federativo que o levou ao poder. Contudo, não se pode desconsiderar a ênfase atribuída à formação para o trabalho nos quadros da regeneração do homem comum e da formação do mesmo para atuar “nos grandes setores da atividade nacional”.

Desde o início da Era Vargas, a concepção de educação como “problema nacional” serviria para justificar uma intervenção cada vez mais intensa do governo Federal nos diferentes níveis de ensino, acentuando-se gradativamente a centralização do aparelho educativo. Com intensidade cada vez maior, o Governo Vargas passou a destacar o imperativo da “formação do caráter das novas gerações” e a “difusão de princípios uniformes de disciplina moral e cívica”, transformando a educação escolar em instrumento de disseminação do nacionalismo.

É o que demonstra o trecho a seguir, extraído de uma entrevista concedida à Imprensa, em 19 de fevereiro de 1938. Nele o Presidente reafirma o compromisso com a expansão do ensino primário estabelecido na Constituição outorgada em 1937. Qualificando o caráter dessa expansão, ele afirma que:

“A iniciativa federal, para maior difusão do ensino primário, em obediência aos preceitos da nova Constituição, se processará de forma intensiva e rápida, estendendo por todo o território do país. Não se cogitará, apenas, de alfabetizar o maior número possível, mas, também, de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente na formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de um nacionalismo sadio”.

[Entrevista concedida pelo Presidente Getúlio Dorneles Vargas à Imprensa em 19 de fevereiro de 1938]

Atribuindo ao Ministério da Educação a incumbência não apenas de educar mas de propriamente “formar o homem brasileiro”, o Ministro Gustavo Capanema implementaria uma série de medidas com vistas a tornar o país

mais homogêneo e atenuar as diferenças regionais e raciais que o distinguiriam negativamente, de acordo com as idéias vigentes na época, que associavam raças e temperamentos, atribuindo à miscigenação o atraso brasileiro (CAVALCANTI, 1996, p. 55).

A consolidação da nacionalidade deveria ser a culminação de toda a ação pedagógica do Ministério, em nome da qual promoveu-se um vigoroso esforço de nacionalização levado a efeito por meio de três frentes principais. Em primeiro lugar, procedeu-se à imposição de um conteúdo nacional ao ensino — consubstanciado na introdução do ensino religioso nas escolas, posteriormente acrescida de ingredientes de civismo e patriotismo derivados das vertentes da história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades. O segundo aspecto refere-se aos mecanismos de padronização do ensino, apoiados na ênfase atribuída às instituições modelares em nível nacional, como as universidades-padrão, as escolas-modelo secundárias e técnicas, além da imposição de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados e da estruturação de sistemas federais de controle e fiscalização, dentre outros mecanismos. O terceiro aspecto era o da erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, correspondendo ao fechamento de centenas de escolas pertencentes a núcleos estrangeiros, colônias de imigrantes, situadas, em sua maioria, na região sul do país por meio do processo de “nacionalização compulsória” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 141-2).

A citação a seguir demonstra como Vargas justificou a nacionalização compulsória das escolas de imigrantes em seu discurso. Vamos a ela:

A União não havia, até agora, atuado no terreno do ensino primário, que ficara, exclusivamente, a cargo dos governos locais, [...] Fazia-se necessário, por um lado, imprimir unidade espiritual ao ensino primário de todo o país, promovendo a nacionalização de todas as escolas, e, por outro, conjugar os esforços dos governos locais e do federal para uma solução mais rápida do problema. [Discurso proferido em 10 de novembro de 1939].

Como instrumento para imprimir a “unidade espiritual” e promover a formação do novo homem brasileiro e da nacionalidade, contava o Ministério da Educação com o Departamento de Propaganda que atuava pedagogicamente através da música, educação física, cinema e o rádio. Desempenhava a música, em especial o canto orfeônico, forte papel na educação pública. Villa-Lobos regia centenas de pessoas - em ginásios, estádios de futebol e praças públicas — incorporando cantos tradicionais da área rural à música erudita.⁶ Inicialmente voltada para o desenvolvimento físico individual a educação física logo foi associada ao fortalecimento da raça ganhando relevo como recurso à formação eugênica das massas.⁷ O cinema

e o rádio passaram a ser encarados como instrumentos educativos, devendo ter uma aplicação fundamentalmente pedagógica.

Durante o Estado Novo a educação nacional foi submetida ao mais alto grau de centralização, sobretudo de caráter normativo, exacerbando os dispositivos e tendências já presentes na Carta de 1934, tornando-os ao longo do tempo, extremamente burocráticos e formais. No que se refere à educação pública, o texto constitucional de 1937 atribuía ao Estado uma função supletiva, determinando a este o dever suprir a demanda por educação, apenas onde faltassem os recursos necessários à educação em instituições particulares (art.129).

Ao longo de sua gestão no Ministério da Educação, Gustavo Capanema cercou-se de grupos de intelectuais, especialmente arquitetos e artistas plásticos de orientação moderna imprimindo à sua administração a imagem de promotora da modernização. No entanto, a característica principal de sua gestão na área educacional foi a vinculação com setores mais tradicionais da Igreja Católica.

Contudo, a partir de 1946, com a queda do Estado Novo e a retomada da Democracia em nosso país, desencadeou-se um vigoroso movimento de reestruturação do sistema de ensino, com a ampliação do debate pela reformulação legislativa e a retomada da defesa de princípios caros à democratização do ensino como a descentralização administrativa, o reconhecimento da autonomia dos estados e municípios, assim como da escola e do professor, ao lado da defesa do respeito às diferenças regionais e às particularidades sócio-culturais dos alunos.

O próprio discurso do Presidente Vargas, desta vez eleito pelo voto direto em 1951, evidencia o deslocamento provocado no tratamento dado à educação. O trecho abaixo é representativo desse deslocamento, na medida em que o Governo se propõe a observar a situação em que se encontrava o sistema escolar, em lugar de antecipar um plano prévio de ação. Nessa linha, afirmava Vargas:

Faz-se indispensável verificar o que há em nosso sistema escolar e em nossos hábitos pedagógicos de bem-sucedido e de frustrado, que necessidades estão sendo atendidas ou postergadas e que influências renovadoras se devem estimular nesse campo.

[1951 – Mensagem Apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas, na abertura da sessão legislativa]

Ao mesmo tempo em que reconhece a importância do estudo da realidade nacional para adequar a esta o sistema educacional, Vargas incorpora ao seu discurso a máxima defendida por Anísio Teixeira de que era

imprescindível ajustar o nosso arcabouço institucional às peculiaridades sociais para que a escola pudesse atuar de forma positiva no atendimento às necessidades de desenvolvimento do país. É este o conteúdo do discurso de Vargas, reproduzido abaixo. Nele, afirma o presidente:

É digna de nota e incentivo a recente transformação operada, entre nós, no modo de ver os problemas da educação e da cultura. Procura-se relacioná-los com o estágio econômico e social do país. Efetivamente, em matéria de educação e cultura, urge uma revisão dos métodos e práticas até aqui adotados, no sentido de dotar o país de um arcabouço institucional ajustado às suas peculiaridades sociais e necessidades de desenvolvimento.

[1953 – Mensagem Apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas, na abertura da sessão legislativa].

Observa-se assim, que esse momento da Era Vargas foi marcado pelos usos da educação na conformação do caráter do povo brasileiro, subordinando-o aos imperativos do Estado e a seu projeto de desenvolvimento nacional. Somente com a redemocratização, a partir de 1946, é que a questão seria recolocada nos termos da função pública da educação e do papel da escola como espaço de inclusão social. A partir de então, a pergunta fundamental passa a ser:

A quem deve servir a Educação Pública?

Não por acaso, com a redemocratização, as lideranças do movimento de renovação educacional, retomaram postos na burocracia estatal. Vários educadores se agruparam em torno à liderança de Anísio Teixeira que assumira a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a coordenação da recém criada Campanha de Aperfeiçoamento de pessoal do Ensino Superior (CAPES), ambos filiados ao Ministério da Educação.

Na direção do INEP, Anísio Teixeira criaria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), cujo objetivo era estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para o conhecimento da realidade nacional, regional e local com vistas a reorientar a condução das políticas educacionais. Dessa forma, esperava-se criar condições para adequar o ensino às condições, aspirações e particularidades das comunidades assistidas pela escola pública.

Se o discurso de Vargas corrobora a nova orientação proposta e Anísio Teixeira volta a colaborar com o Estado na “obra educacional”, a experiência dos anos de Ditadura não seria apagada tão facilmente e aqueles que se opunham ao centralismo e ao autoritarismo, seguiriam combatendo qualquer possibilidade de retrocesso nesse sentido. Esse posicionamento

Libânia Nacif Xavier

encontra-se claramente formulado na conferência proferida por Anísio Teixeira, em 1952, na Associação Brasileira de Educação (ABE).

Convidado pela ABE a proferir palestra intitulada A Educação e a Unidade Nacional, Anísio Teixeira declarou que o tema lhe pareceu algo constrangedor, por ver o problema da unidade nacional sob luz tão complexa e diversa que discuti-lo em contraste com a educação lhe parecia ser uma limitação inibidora. Ele preferia intitular a palestra de “Educação e coesão ou integração nacional”.

A tese defendida por Anísio foi a de que a diversificação é que era condição de florescimento das culturas e a uniformidade, condição de sua morte e petrificação. [...] Criticando o centralismo estatal nos assuntos educacionais, bem como os esforços envidados pelo Estado Novo para edificar a nacionalidade com base na imposição de uniformidades e imobilidades, o educador fala, com grande pertinência, de um aspecto negativo que herdamos da Era Vargas. O traço da rigidez institucional e da inércia, assim como do improviso formal frente às exigências de uma burocracia deslocada da realidade. Fala da fraude, da licença e da anarquia que resultam da imposição de uma unanimidade cega.

Levantando exemplos desse estado de imobilismo em diferentes instituições sociais, o educador nos leva a estabelecer um paralelo imediato com o estado das instituições educacionais, hoje, ao defender, segundo ele, “sem o menor resquício de malícia”, que o catolicismo teria a ganhar com o incremento do protestantismo entre nós, e este último, também ganharia com a multiplicação no país de diferentes seitas. Ainda, na visão de Anísio, o casamento católico e indissolúvel tudo teria a ganhar com a introdução do divórcio, pois, segundo ele, o que importa na cultura de um povo é o atrito, a oposição, pois estes são os elementos que promovem o revigoramento e a vida de suas instituições e maneiras de ser. (TEIXEIRA, 1952, p. 37)

Para Anísio Teixeira:

[...] A perfeita unidade religiosa, por exemplo, promove a irreligiosidade ou o radical ateísmo como única saída; a unicidade e rigidez institucional, como no caso do casamento único e indissolúvel, promove a fraude, a licença e a anarquia, agindo, portanto não somente contra a diversificação, como contra os próprios traços culturais que se imagina poder defender e manter, graças à imposição de uniformidades e imobilidades.

Para cumprir o seu papel de instituição pública, a escola deveria ser acessível a toda a população, o que exigia desta uma estrutura descentralizada e um funcionamento flexível o suficiente para abrigar a diversidade que caracteriza o povo brasileiro. Em lugar de tomar a diversidade cultural como

O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas

obstáculo à generalização da educação, entendia o educador que a diversidade constituía não só elemento de identificação nacional, como, também, evidência da riqueza e dinamismo de um povo, como se pode verificar na citação abaixo:

[...] Ao falarmos de unidade nacional, pois, cumpre distinguir a que unidade nos referimos. A mais importante é a unidade da cultura brasileira, que poderá e deverá ser a unidade dinâmica de uma cultura diversificada pelas regiões brasileiras e filiada à cultura muitíssimo diversificada e diversificante do Ocidente (...).

Desnecessário identificar o interlocutor preferencial de Anísio naquele momento. Proferida a conferência em 1952, um ano após a eleição de Vargas no contexto democrático, Anísio soube aproveitar a oportunidade para lembrar que os tempos eram outros e os ventos da democracia estavam a exigir a crítica ao centralismo e à padronização administrativa. Era a vez da escola reabilitar-se como espaço democrático e instrumento de afirmação e valorização da cultura brasileira em sua mais plena manifestação, a da diversidade.

Esse legado não resulta apenas do personagem que o nomeia, mas de todos aqueles que participaram da construção do Estado brasileiro e da organização do ensino na época, independente do grau de visibilidade de sua contribuição nos dias de hoje.

Por fim, se herdamos da Era Vargas um aparato institucional para a educação, também nos foi legado, junto a este, o desafio de fazer das instituições educacionais um espaço de busca permanente de igualdade e liberdade em meio à diversidade e complexidade que marcam a vida social brasileira.

Referências

ATHAYDE, Tristão de (1932). “Absolutismo Pedagógico” in **O Jornal**, Rio de Janeiro, 23 de março.

_____. (1935). “A Idade Nova e a Ação Católica” in **A Ordem**, Rio de Janeiro, agosto de 1935 (pp.103-113).

AZEVEDO, Fernando de (s/d). **A Educação e seus problemas**. Tomo I, 4. ed. São Paulo, Melhoramentos. (Obras Completas, vol.8).

BOMENY, Helena (1993). “Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional” in **Estudos Históricos** – os anos 20. vol. 6, n. 11. Rio de Janeiro, Editora FGV.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro (1996). Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: o estudo do estigma e do preconceito racial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 31 (11).

CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues da (1981). “A Organização do Campo

Libânia Nacif Xavier

Educacional: As Conferências Nacionais de Educação”. in **Educação e Sociedade** nº 9 (pp. 05-44) São Paulo, janeiro.

CURY, Carlos Roberto Jamil (1988). **Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais**. São Paulo, Cortez / Autores Associados.

FÁVERO, Osmar (org.) (2001) **A Educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988**. 2. ed. Campinas, SP, Autores Associados.

GOMES, Ângela Castro (2002). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira / FGV.

INEP / MEC (1987). **A Educação nas Mensagens Presidenciais: Período 1890-1986**. vol. I, Brasília.

LESSA, Renato (2004). **Dois legados que mudaram o país**. O Globo, 22/08, p.12.

NOSSO SÉCULO : 1945-60 (1982). **Abril Cultural**, São Paulo.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (2000). **Educação Conformada: A Política Pública de Educação (1930-1945)**. Juiz de Fora, Editora UFJF.

SALEM, Tânia (1982). “Do Centro Dom Vital à Universidade Católica” in SCHWARTZMAN, Simon(org.) **Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPq.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Vanda (orgs.) (1984). **Tempos de Capanema**. EDUSP / Paz e Terra.

SCHWARTZMAN, Simon (org.) (1983). **Estado Novo: um auto-retrato**. Brasília, Editora da UNB.

SENTO SÉ, João Trajano (2004). **Uma herança a ser superada**. O Globo, 22/08, p.12.

TEIXEIRA, Anísio (1952). “Notas sobre a Educação e a Unidade Nacional” in **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 28 (47), julho / setembro (pp.34-48).

VARGAS, Getúlio (s/d). **As Diretrizes da Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro, Lavraria José Olympio Editora.

XAVIER, Libânia Nacif (1999). **O Brasil como Laboratório: Educação e Ciências Sociais no projeto do CBPE (1950-60)**. Bragança Paulista, SP, EDUSF.

_____. (2002). **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**, Bragança Paulista, EDUSF.

Notas

* Trabalho apresentado no Seminário "O Legado de Vargas" promovido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em agosto de 2004.

¹ Lançado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um documento assinado por 26 intelectuais e divulgado nos principais jornais do país. Por meio deste, o grupo apresentou ao povo e ao governo as bases de um programa de reconstrução educacional que, defendendo a educação pública, leiga, gratuita e a co-educação, confluía para a universalização do acesso à educação pública sob responsabilidade do Estado.

² Eles eram favoráveis à fixação de diretrizes gerais de ensino pela União, além de uma ação supletiva quando necessária, bem como de estimulação do processo educativo por meio de inquéritos, demonstrações e subvenções. Assim, em contrapartida ao centralismo da União, os renovadores enfatizavam o ensino público e a sua autonomização financeira por meio da criação de fundos especiais para a educação e de cotas orçamentárias fixas; a autonomia política seria garantida pela criação de Conselhos (Nacional) e Estaduais de educação cuja função seria fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela União.

³ A primeira vitória da Igreja no setor educacional foi a promulgação do decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931, tornando facultativo o ensino religioso nas escolas públicas.

⁴ O programa totalizava 10 pontos, entre estes, constituíam o programa mínimo: o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil e indissolubilidade do laço matrimonial; a incorporação do ensino religioso facultativo nas escolas públicas; regulamentação da assistência religiosa facultativa às forças armadas, prisões, hospitais, etc. Ver a respeito: Salem, 1982:118.

⁵ A Constituição de 1934 determinou a incorporação do ensino religioso nas escolas da rede pública, de caráter facultativo, de acordo com a opção da família do aluno, e constituindo matéria regular nos horários escolares do ensino primário, secundário e normal (Art.153).

⁶ Ao participar de um Congresso de Educação Musical em Praga, em 1936, Heitor Villa-Lobos expressou claramente o papel atribuído à música na formação do espírito das massas. Disse o maestro: Nenhuma arte exerce sobre as massas uma influência tão grande quanto a música. Ela é capaz de tocar os espíritos menos desenvolvidos, até mesmo os animais. Ao mesmo tempo, nenhuma arte leva às massas mais substância. Tantas belas composições corais, profanas ou litúrgicas, têm somente esta origem—o povo... O canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria. (apud Schwartzman, Bomeny e Costa, 1984:90)

⁷ Texto extraído das Atas das Conferências sobre Educação Física (1942) detalhava a expectativa que se nutria em relação a esta disciplina, com a seguinte afirmação: A nova educação física deverá formar um homem típico, que tenha as seguintes características: talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, ágil (...), dócil, alegre, viril (...), sincero, honesto, puro de atos e de pensamentos. (Educação Física, nº 73, 1943 apud Nosso Século).

Libânia Nacif Xavier

Correspondência

Libânia Nacif Xavier - Rua Joaquim Nabuco, 43 / 902 – Copacabana - Rio de Janeiro – RJ Cep:
22.080-030.

Email : libania.xavier@terra.com.br

Recebido em 28 de setembro de 2005

Aprovado em 27 de outubro de 2005